

Relatório da Defesa sobre urnas não acha fraude, e TSE agradece



Caminhões parados em protesto contra a eleição de Lula nos arredores de instalação militar em Brasília Ueslei Marcelino - 7.nov.22/Reuters

# Relatório da Defesa não aponta fraude em eleição; Moraes, do TSE, agradece

Relatório foi enviado à corte nesta quarta com sugestões de melhorias para as próximas eleições

Cézar Feitoza e Renata Galf

BRASÍLIA E SÃO PAULO O Ministério da Defesa enviou ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nesta quarta (9) seu relatório sobre a fiscalização do processo eleitoral sem ter apontado nenhum indício de fraude, apesar da ofensiva de bolsonaristas para tentar questionar a vitória de Lula (PT) e a derrota de Jair Bolsonaro (PL). O material entregue à corte aponta que os procedimentos estatísticos ocorreram sem ressalvas e que a análise dos boletins de urnas não identificou divergências. Considera, porém, haver alguns problemas no processo e aponta sugestões de melhorias. O relatório diz que não foi possível "fiscalizar o sistema [eletrônico de votação] completamente" e sugeriu ao TSE que faça uma investigação técnica para apurar eventuais riscos de mudança no código-fonte dos sistemas eleito-

rais por possível acesso à rede na geração dos programas. Em nota, o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, agradeceu o envio do relatório do Ministério da Defesa e disse que analisará as sugestões em momento oportuno. "O Tribunal Superior Eleitoral recebeu com satisfação o relatório final do Ministério da Defesa, que, assim como todas as demais entidades fiscalizadoras, não apontou a existência de nenhuma fraude ou inconsistência nas urnas eletrônicas e no processo eleitoral de 2022", afirmou. "O TSE reafirma que as urnas eletrônicas são motivo de orgulho nacional, e que as eleições de 2022 comprovam a eficácia, a lisura e a total transparência da apuração e da totalização dos votos." Antes da manifestação da Defesa, outros órgãos fiscalizadores haviam apontado a regularidade da eleição, como o TCU (Tribunal de Con-

tas da União) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O documento dos militares tem 63 páginas, sendo 24 de análise das etapas de fiscalização e o restante de anexos. Entre as sugestões à corte eleitoral estão a "criação de uma comissão específica, integrada por técnicos renomados da sociedade e por técnicos representantes das entidades fiscalizadoras". "Em face da importância do processo eleitoral para a harmonia política e social do Brasil, solicito, ainda, a essa corte superior considerar a urgência na apreciação da presente proposição", diz o documento. No ofício enviado ao TSE, a Defesa afirma que "não é possível afirmar que o sistema eletrônico de votação está isento da influência de um eventual código malicioso que possa alterar o seu funcionamento". Na prática, ao mesmo tempo em que aponta não ter identificado nenhum indício

de fraude, a pasta evita confrontar Bolsonaro, ao indicar que não teria como assegurar a total confiabilidade do processo. No início do documento, a Defesa destaca que não está no escopo do trabalho "avaliar o grau de segurança" dos sistemas eleitorais ou das urnas. "A descrição das constatações decorrentes do processo fiscalizatório tem o intuito impar de apresentar à corte eleitoral contribuições para um eventual aperfeiçoamento, de forma independente e isenta, sob a ótica de uma entidade fiscalizadora", afirma. No relatório, a Defesa afirma que identificou problemas em ao menos três etapas para a fiscalização do pleito. O mais relevante, segundo a equipe, foi a possibilidade de acesso à rede do TSE durante a cerimônia de compilação, assinatura digital e lauração dos sistemas eleitorais. "A ocorrência de acesso à rede, durante a compilação dos

códigos-fontes e consequente geração dos programas (códigos binários), pode configurar relevante risco à segurança do processo, o que sugere a realização de uma investigação técnica para melhor conhecimento do ocorrido e de seus possíveis efeitos." A pasta ainda aponta que os técnicos tiveram dificuldade para analisar os códigos-fontes dos sistemas eleitorais por causa das restrições do TSE. Como a Folha revelou, a equipe da Defesa passou duas semanas no tribunal analisando os códigos com anotações em caneta e papel. Como sugestão, a pasta pede que seja possível levar equipamentos próprios para a auditoria. O relatório propõe ainda que as entidades fiscalizadoras possam usar "ferramentas de análises dinâmicas" para analisar os códigos e que seja concedido o "acesso às bibliotecas de software desenvolvidas por terceiros".

Em outra frente, o Ministério da Defesa afirmou que o projeto-piloto do teste de integridade com biometria teve baixa participação, o que, na avaliação da pasta, não permite tirar conclusões efetivas. A pasta destaca como outras deficiências o fato de alguns estados não participarem do projeto e a escolha pré-definida das seções eleitorais cujas urnas seriam testadas, sem o conceito da aleatoriedade. Apesar das sugestões e dos problemas apontados, a Defesa afirmou que todos os procedimentos estatísticos ocorreram sem ressalvas. A análise dos boletins de urna, como revelado pela Folha, não identificou divergência nos dados registrados com os votos totalizados pelo TSE. "[No segundo turno,] por meio da comparação de 501 BU (Boletins de Urna), é possível inferir, com um nível de confiança de 95%, que a média de BU com inconsistências, dentro todos os BU do espaço amostral, é 0%, com um erro de até 4,38 pontos percentuais", concluiu. Em outra frente, o teste de integridade tradicional também não registrou problemas — o que mostra que as urnas testadas computaram corretamente os votos. "O Teste de Integridade (sem biometria) não encontrou, em todos os TRE, inconsistências nas urnas escolhidas e sorteadas. Conclui-se que o Teste de Integridade foi realizado em conformidade com o previsto." O relatório é assinado pelo ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e os coronéis integrantes da equipe de fiscalização Marcelo Nogueira (Exército), Wagner Oliveira (FAB) e Marcus Rogers Cavalcante (Marinha). Segundo informações do TSE, os repositórios para o desenvolvimento dos sistemas não estão expostos na internet e, no caso em que foi necessário acesso remoto, ele foi feito de forma individualizada, com uso de VPN e múltiplo fator de autenticação. As Forças Armadas foram incluídas como entidades fiscalizadoras da eleição em 2021, por decisão do então presidente do TSE, Luís Roberto Barroso. A medida, cujo objetivo era reduzir as manifestações golpistas de Bolsonaro, foi vista na cúpula do Judiciário como um tiro no pé, já que a atuação dos militares deu mais munição para o presidente criar desconfiância sobre o processo eleitoral. Paulo Sérgio Nogueira, visto na caserna como um político habilidoso, passou a ser alvo de críticas de colegas de farda por fazer coro às reclamações de Bolsonaro. O ministro diz que a atuação da Defesa sempre foi técnica.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 8